

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Proc. de Termos Licitações e Contratos -

PARECER Nº: 0380/2017

PROCESSO:2017.02.002922

INTERESSADO: (nome ocultado)

ÓRGÃO DE ORIGEM: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ASSUNTO: Consultiva Administrativa - Contratos Administrativos - Outras consultas em contratos administrativos

À chefia da PTLC,

1. Trata-se de análise de contratação de pessoal em regime especial de direito administrativo (regime temporário de direito público). Os dois contratos em questão foram firmados em maio de 2016 para que vigorassem por até 24 (vinte e quatro) meses, a teor do que dispõe o art. 63, IX, b, da Lei Orgânica do Município do Recife (redação dada pela Emenda n. 29/2015).
2. Da análise dos contratos, vislumbra-se que os termos são suficientes para disciplinar a relação de direito público temporário (regime especial) estabelecida entre as partes privadas e o Município do Recife. No entanto, é de se notar que boa parcela da legislação citada no instrumento contratual não mais vige no Município. No ponto, tanto a Lei Municipal n. 15.612/92 (em sua íntegra) como a Lei Municipal n. 16.757/2002 (nos seus arts. 1º e 2º) foram revogadas com o advento da Lei Municipal n. 18.122/2015 (em seu art. 19); esta última, pois, disciplina o regime de contratação a que alude o art. 63, IX da Lei Orgânica do Município do Recife.
3. Diante disso, ainda que seja possível extrair o regime jurídico dos contratos em questão das normas ora vigentes, importa destacar a necessidade de adequação do instrumento para futuras oportunidades.
4. Saliento, por fim, que a manifestação anterior no presente processo foi feita de forma equivocada (forma de contrato), ensejando nova manifestação (forma de parecer e envio à chefia da PTLC).

À consideração superior.

Recife, 21 de junho de 2017

Bruno Santos Cunha
Matrícula 87.476-8